



**Pressionado por órgãos  
de controle, Detran-GO  
terá que aplicar multa de  
balcão por exame  
toxicológico vencido**

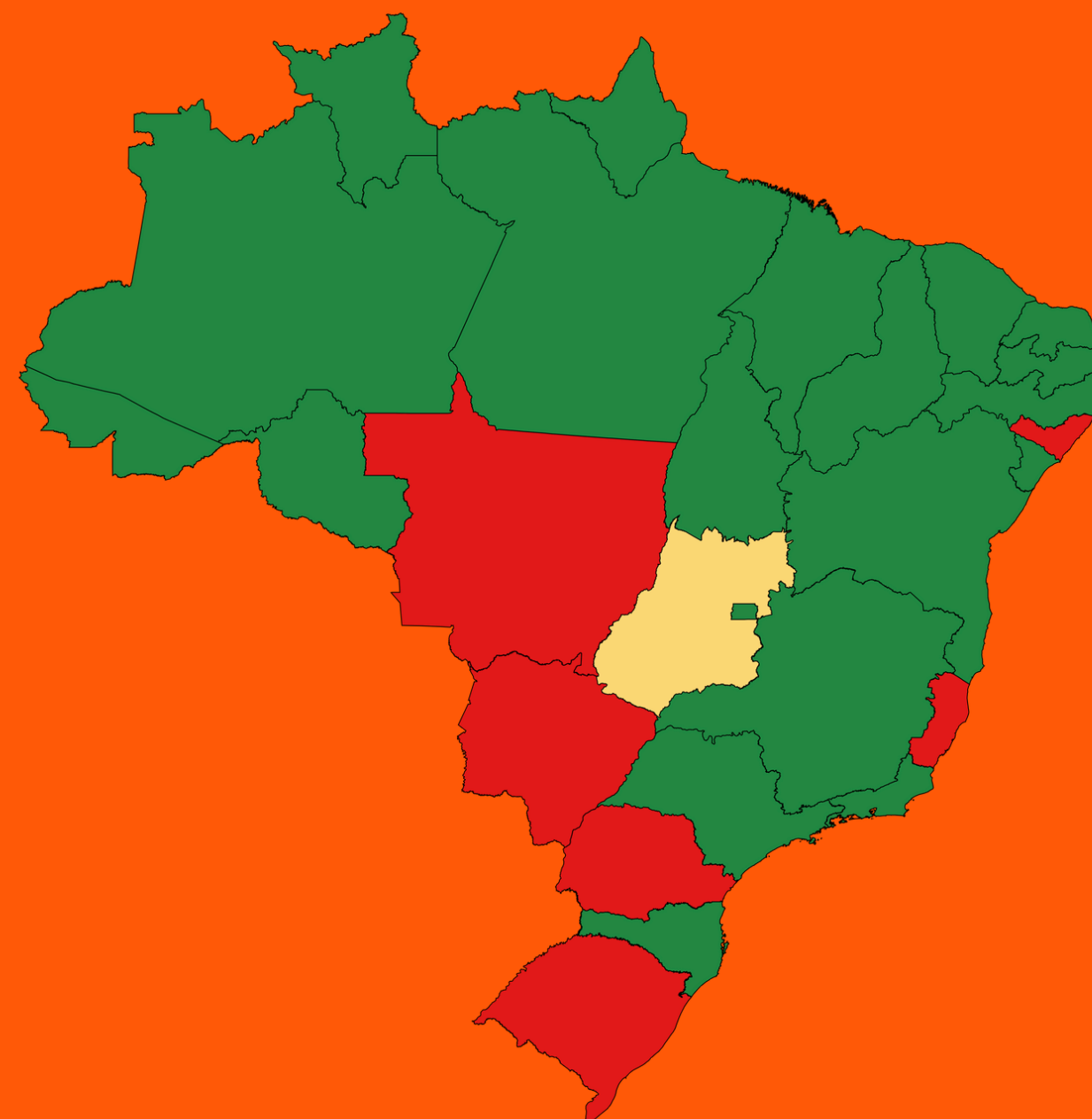




**Detran-GO será obrigado  
a autuar mais de 59 mil  
condutores das  
categorias C, D e E que  
estão com o exame  
vencido**



**Estados que cobram**  
**Estados que não cobram**  
**Estados que estão lutando**





## Abril de 2024 - Recebimento do pedido de adequação no sistema

Departamento Estadual de Trânsito

ESTADO DE GOIÁS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

OFÍCIO Nº 11987/2024/DETRAN

GOIÂNIA, 29 de abril de 2024.

Assunto: Exame Toxicológico periódico - Art. 148-A CTB  
Referente: Resolução CONTRAN nº 1009/2024 (59614934)

Senhor Diretor,

A partir dos nossos cordiais cumprimentos, informamos a Vossa Senhoria que o Conselho Nacional de Trânsito publicou a Resolução CONTRAN 1002/2023, estipulando prazo para renovação do exame toxicológico periódico para motoristas profissionais e, posteriormente, através da [Deliberação CONTRAN nº 272/2024](#) (57509322), prorrogou estes prazos, apresentando o escalonamento abaixo indicado:

NR	VALIDADE CNH (Categoria C, D e E)	Prazo Limite realização toxicológico
1	Janário a Junho	Até 31 de Março de 2024
2	Julho a Dezembro	Até 30 de Abril de 2024

Diante da proximidade do término do prazo estipulado, o Conselho Nacional de Trânsito publicou a Resolução CONTRAN nº 1.009/2024, de 24 de abril de 2024 (59583139), alterando a [Resolução nº 923/2022](#), que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção para categorias C, D e E, bem como, a [Resolução CONTRAN nº 385/2022](#), alterando/incluindo Ficha de Fiscalização referente às autuações previstas nos artigos 165-B, caput (59583632), 165-B c/c parágrafo único (59584227), 165-C (59584435) e 165-D (59584474), sendo que, no campo de definições e procedimentos foram estabelecidos os parâmetros para lavratura do Auto de Infração de Trânsito - AIT.

Dentre as normativas estabelecidas pela [Resolução CONTRAN nº 1.009/2024](#), de 24 de abril de 2024 (59583139) e Ficha Fiscalização referente ao

## 30 de junho de 2025 - Pedido de multa da Senatran por descumprimento da legislação

Ministério dos Transportes

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

OFÍCIO Nº 594/2025/GAB-SENATRAN/SENATRAN

Brasília, na data da assinatura.

Assunto: Representação - Descumprimento de Legislação Federal pela DETRAN-GO - Não aplicação da Multa prevista no art. 165-D do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Senhora Procuradora-Chefe,

1. Cumprimtando-o cordialmente, informo a V/Sª que, conforme orientação da Coordenação-Geral de Fiscalização, expressa no Despacho nº 261/2025/CGFIS-SENATRAN/DRFG-SENATRAN/SENATRAN (5913218), esta Secretaria Nacional de Trânsito tem promovido o encaminhamento de ofícios às Procuradorias da República e aos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, com o objetivo de notificar o descumprimento da legislação federal por parte de órgãos executivos estaduais de trânsito quanto à aplicação da penalidade prevista no art. 165-D do Código de Trânsito Brasileiro.

2. Neste contexto, no que tange à aplicação da multa, o art. 165-D da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, prevê a infração gravíssima: "deixar de realizar o exame toxicológico previsto no § 2º do art. 148-A deste Código, após 30 (trinta) dias do vencimento do prazo estabelecido".

3. Além disso, a Resolução CONTRAN nº 923, de 28 de março de 2022, alterada pela Resolução CONTRAN nº 1.009, de 24 de abril de 2024, dispõe sobre exame toxicológico de larga janela de detecção em amostra queratina, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015.

4. Mesmo após alertado por esta Secretaria Nacional de Trânsito - Senatran, por meio do Ofício-Circular nº 544/2024/GAB-SENATRAN/SENATRAN, de 24.07.2024 (SEI nº 8629652), reiterado pelo Ofício-Circular nº 672/2024/GAB-SENATRAN/SENATRAN, de 11.09.2024 (SEI nº 8813280), não constam registros do Detran-GO, no Sistema de Registro Nacional de Infração de Trânsito - RENANI, com dados sobre a penalidade referida no art. 165-D do CTB (Autuação de infração 7820), até a presente data.

5. Isto posto, encaminhamos esta Representação para as providências julgadas cabíveis, e colocamo-nos à disposição desse eminente Pargapre.

## 20 de agosto de 2024 - Pedido de esclarecimentos à Senatran

Departamento Estadual de Trânsito

OFÍCIO Nº 22858/2024/DETRAN

Goânia, 20 de agosto de 2024.

Assunto: pedido de esclarecimentos

Senhor Presidente,

Em atenção à solicitação contida no Ofício-Circular nº 544/2024/GAB-SENATRAN/SENATRAN, informamos que em 17 de maio de 2024, este DETRAN/GO enviou o Ofício nº 13338/2024/DETRAN para os e-mails: gabinete.senatran@transportes.gov.br e drfg@transportes.gov.br, no qual solicita informações e esclarecimentos quanto a aplicação do art. 165-D, do CTB, nos seguintes termos:

Tendo em vista a necessidade de esclarecimentos quanto as alterações do Código de Trânsito Brasileiro, introduzidas pela lei nº 14.011/2020 e 14.599/2023, bem como a entrada em vigor da Resolução nº 1.009/2024 do CONTRAN, publicada no dia 24 de Abril de 2024, que alterou a Resolução nº 789/2020 do CONTRAN, que consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos, e a Resolução nº 923/2022 do CONTRAN, que dispõe sobre exame toxicológico de larga janela de detecção em amostra queratina, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015 e, ainda, a Resolução nº 862/2022 do CONTRAN, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - MBFT;

Considerando as competências da SENATRAN, conforme disposto nos incisos VII e XXX do artigo 19 do CTB, referente a organizar e manter Registro Nacional de Infração RENANI e o Registro Nacional de Condutores Habilitados RENACH;

Considerando as instruções contidas no Manual do Sistema RENANI e RENACH disponibilizado para o DETRAN;

Considerando que as transações sistêmicas foram definidas pela SENATRAN para contemplar os processos básicos de registro e acompanhamento das infrações de trânsito, proporcionando o envolvimento dos órgãos de trânsito;

Considerando a infração de trânsito prevista no artigo 165-D do CTB;

## 3 de julho de 2025 - Cobrança de explicações pelo MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria da República em Goiás

2º Ofício

Ofício nº 2721/2025/MPF/PRGO2ºOFÍCIO

Goânia, data da assinatura eletrônica.

Assunto: Representação - Descumprimento de Legislação Federal pela DETRAN-GO - Não aplicação da Multa prevista no art. 165-D do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Senhor Presidente,

Ao tempo em que o cumprimento, objetivando instruir os autos do procedimento em referência, requisto-lhe, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, informações, acompanhadas de eventual documentação comprobatória pertinente, acerca dos fatos noticiados na representação cuja cópia segue anexa.

Solicito-lhe que o presente ofício seja respondido por meio do link: <http://www.mpf.mp.br/goia.servicos>.

Atenciosamente,

Mário Alves Medeiros  
Procurador da República  
(em substituição)

Av. Clóvis, Nº 500, Quadra G, Lote 02, Ed. Rosângela P. Batista, Park Lozandes, CEP 74884-120, Goiânia-GO, Tel: (62)245-5400, homepage: <http://www.mpf.mp.br/go>

## 21 de outubro de 2024 - resposta incompleta da Senatran

Ministério dos Transportes

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

OFÍCIO Nº 956/2024/GAB-SENATRAN/SENATRAN

Brasília, na data da assinatura.

Assunto: QUESTIONAMENTOS DETRANGO RELACIONADOS A APLICAÇÃO DO ARTIGO 165-D.

Senhor Diretor,

1. Trata-se do Ofício nº 13338/2024 (8707102), que solicita esclarecimentos acerca do artigo 165-D da Resolução CONTRAN 1.009/2024.

2. Em resposta ao questionamento, conforme legislação vigente, temos que:

1) **Importante esclarecer se o cancelamento da CNH trata-se do cancelamento da cédula vigente ou do registro do condutor?**

Resposta: Conforme Resolução CONTRAN nº 1.009, publicada no dia 24 de abril de 2024, o cancelamento de CNH refere-se ao registro no prontuário de condutor.

2) **Em se tratando do cancelamento do registro do condutor, sendo medida irreversível, qual procedimento deverá ser adotado para encaminhamento a SENATRAN para exclusão do registro na Base Nacional? A solicitação de cancelamento poderá ser realizada em órgão de trânsito diverso do registro da CNH?**

Resposta: Não poderá ser realizada em órgão diverso do registro da CNH, conforme o disposto no art. 9º-A da Resolução CONTRAN 1.009/2024. "O condutor poderá, a qualquer momento, solicitar o cancelamento de sua CNH junto ao órgão ou entidade executora do trânsito responsável pelo registro, sem a necessidade de apresentar motivação". Por sua vez, o procedimento de cancelamento do registro do condutor na Base Nacional seguirá o mesmo rito atual, ou seja, encaminhamento à Senatran.

3) **Considerando as eventuais decisões judiciais quanto a reversibilidade da exclusão de registro, a inclusão de bloqueio no prontuário de habilitação do condutor, excluindo desse registro de aplicabilidade do artigo 165-D do CTB, não seria medida mais adequada para cumprimento da Resolução?**

Resposta: O ato normativo prevê duas possibilidades, art. 165-D do CTB, cancelamento ou relaxamento da CNH.

4) **A exclusão do registro após a lavratura de infração prevista no artigo 165-D do CTB, possui o condão de denunciar o infrator das penalidades decorrentes? Desta forma, eventual exclusão deve manter o histórico do condutor ativo para cobrança e comunicação entre os órgãos?**

Resposta: A exclusão do registro do condutor após a lavratura da infração prevista no artigo 165-D do CTB não denuncie o infrator das penalidades decorrentes. Portanto, mesmo que ocorra a exclusão do registro, o histórico do condutor deve permanecer ativo para fins de cobrança e comunicação entre os órgãos competentes, inclusive o registro do condutor não implica na exclusão da infração.

5) **Observado o artigo 158 § 9º do CTB, haverá alguma forma de restrição no prontuário do condutor caso não seja realizado o pagamento da multa referente a infração de trânsito do artigo 165-D do CTB?**

Resposta: Cabe informar que a penalidade de proibição de dirigir veículos automotores e elétricos prevista no artigo 165-D do CTB, previsto, deverá ser observada no momento das autuações no prontuário do condutor.

6) **O condutor cumprindo período de cassação em outros órgãos administrativos e judiciais, poderá solicitar o cancelamento de CNH e processo de habilitação antes da liberação dos bloqueios?**

Resposta: O condutor poderá solicitar o cancelamento da CNH, conforme art. 9º-A da Resolução CONTRAN Nº 1.009, de 24 de abril de 2024, para fins de habilitação e a autorização para conduzir veículos automotores e elétricos, após o cumprimento do período de cassação em outros órgãos administrativos e judiciais, poderá solicitar o cancelamento de CNH e processo de habilitação antes da liberação dos bloqueios.

7) **Considerando a limitação da quantidade de vagas nos laboratórios, a data de agendamento para coleta do exame toxicológico deverá ser considerada para fins de inaplicabilidade da infração prevista no artigo 165-D do CTB?**

## 16 de julho de 2025 - Resposta do Detran-GO apontando carência de informações

Departamento Estadual de Trânsito

OFÍCIO Nº 14672/2025/DETRAN

GOIÂNIA, 16 de julho de 2025.

Assunto: Procedimento Preparatório n. 1.18.000.001507/2025-57.

Senhor Procurador,

A Sua Excelência o Senhor **MÁRIO ALVES MEDEIROS** Procurador da República Av. Olinda, n. 500, Quadra G, Lote 02, Ed. Rosângela P. Batista, Park Lozandes 74884-1200 - Goiânia-GO

Com os cordiais cumprimentos, em resposta ao Ofício n. 2721/2025/MPF/PRGO2ºOFÍCIO, que trata do Procedimento Preparatório n. 1.18.000.001507/2025-57, oriundo da Representação feita pela SENATRAN por descumprimento da Legislação Federal por parte deste DETRAN/GO, por não aplicação da multa prevista no art. 165-D do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Imperioso destacar que aplicação da multa prevista do art. 165-D do CTB, implica em uma série de outras consequências e desdobramentos que ensejam adequações sistêmicas.

Visando mitigar risco de autuações viciadas, prezando sempre pelo resguardo da segurança jurídica, no processo SEI 20240025112548 (Ofício 27858/2024 77092153), a Diretoria de Operações fez uma série de questionamentos válidos e pertinentes à SENATRAN, acerca da aplicabilidade desta autuação.

A SENATRAN respondeu, conforme Ofício 956/2024 (77092234), contudo, sem clareza, onde as dúvidas suscitadas e os riscos apresentados, permanecem.

As observamos Ofício 22858/2024/DETRAN e a resposta dada pela SENATRAN, nota-se que alguns questionamentos ainda permanecem sem resposta ou com respostas incompletas, por exemplo: "Qual o respaldo legal para lavratura do auto de infração previsto no artigo 165-D do CTB, sem o atendimento de todos os requisitos previstos no artigo 280 III do CTB, com vistas a afastar eventual arguição de nulidade?", para esta pergunta, a SENATRAN colocou o art. 280, incisos I, II e III. Contudo, trata-se de infração relativa ao condutor, especificamente:

Outro questionamento importante feito: "É legítima a autuação prevista no artigo 165-D do CTB quando o condutor estiver nas seguintes situações: - 4.1) condutor residente fora do país; 4.2) condutor enfermo; 4.3) condutor com benefício temporário do INSS; 4.4) condutor cumprindo pena privativa de liberdade;



16 de julho de 2025 -  
Detran-GO solicita providências jurídicas à Procuradoria Setorial

Departamento Estadual de Trânsito

ESTADO DE GOIÁS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

OFÍCIO Nº 14666/2025/DETRAN

GOIÂNIA, 16 de julho de 2025.

Antônio Vital Alves da Silva  
**PROCURADORIA SETORIAL**  
DETRAN/GO  
Nesta.

Assunto: Solicita providências jurídicas.

Senhor Procurador,

Tratam-se os autos do Ofício n. 2721/2025/MPF (77087331), acerca do Procedimento Preparatório n. 1.18.000.001507/2025-57, onde o MPF solicita informações, acompanhadas de eventual documentação comprobatória pertinente, acerca dos fatos noticiados na representação feita pela SENATRAM por "Descumprimento de Legislação Federal pelo DETRAN-GO - Não aplicação da Multa prevista no art. 165-D do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.";

Imperioso destacar que aplicação da multa prevista do art. 165-D do CTB, implica em uma série de outras consequências e desdobramentos que ensejam adequações sistêmicas;

Visando mitigar risco de autuações viciadas e todas as demais consequências possíveis, no processo SEI 202400025112548 (Ofício 22858/2024 63873319), a Diretoria de Operações fez uma série de questionamentos válidos e pertinentes à SENATRAM, acerca da aplicabilidade desta autuação.

A SENATRAM respondeu, conforme Ofício 956/2024 (66477503), contudo, sem clareza, onde as dúvidas suscitadas e os riscos apresentados, permaneceram os mesmos.

Neste sentido, solicita-se a essa Procuradoria Setorial, análise do caso para as providências jurídicas de propositura de uma ADI, se for o caso.

Atenciosamente,

DELEGADO WALDIR  
Presidente do DETRAN/GO

seil

Documento assinado eletronicamente por WALDIR SOARES DE OLIVEIRA, Presidente, em 16/07/2025, às 09:48, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Ofício 14666/2025/11171

SEI 202500025112548 / 100 1

18 de julho de 2025 -  
Detran-GO solicita parecer do Cetran

Departamento Estadual de Trânsito

ESTADO DE GOIÁS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

OFÍCIO Nº 14859/2025/DETRAN

Goânia, 18 de julho de 2025.

À Senhora  
**NAYARA BARROS COIMBRA**  
Presidente do Conselho Estadual de Trânsito de Goiás  
Rodovia GO 020, Km 4, Parque Lozandes, Autódromo de Goânia  
Goânia- GO  
[detran@detran.go.gov.br](mailto:detran@detran.go.gov.br)

Ans. Conselheiros  
**Membros desse Colegiado**

Assunto: Solicitação de Parecer acerca da aplicabilidade da autuação prevista no Art. 165-D do Código de Trânsito Brasileiro.

Senhores(as),

Com os cordiais cumprimentos, em atenção ao disposto no art. 165-D da Lei n. 9.503/1997, incluído pela Lei n. 14.599/2023;

Considerando que este DETRAN/GO foi oficiado pelo Ministério Público Federal para prestar esclarecimentos acerca da não aplicação da multa prevista no referido artigo, em decorrência de Representação feita em desfavor deste DETRAN junto ao MPF, conforme autos do processo SEI 202500025103795, relacionado;

Considerando a Resolução 23/2024 - CETRAN/SC (77208245) e a manifestação do Ministério Público de SC (77208301);

Solicitamos análise e manifestação desse Douto Colegiado em relação à aplicabilidade do art. 165-D do CTB.

Atenciosamente,

DELEGADO WALDIR  
Presidente do DETRAN/GO

Ofício 14859/2025/11851

SEI 202500025103795 / 100 1

21 de agosto de 2025 - TCE cobra Detran-GO sobre aplicação da lei

Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Serviço de Publicações e Comunicações

OFÍCIO Nº 2017/2025 - SERV-PUBLICA.

Goânia, 21 de agosto de 2025.

À Senhor  
**WALDIR SOARES DE OLIVEIRA**  
PRESIDENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN.  
**NESTA**

Assunto: Intimação. Outras Solicitações - Detran. Processo nº 202500047003315.

Senhor Presidente,

1. Cumprindo determinação do Excelentíssimo Senhor Relator, Conselheiro Saulo Marques Mesquita, exarada no Despacho nº 197/2025 - GCSM, Intimo Vossa Senhoria, na qualidade de Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, para tomar conhecimento do inteiro teor do mencionado despacho, bem como do Ofício nº 613/2025/GAB-SENATRAM, cópias anexas, e, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento deste, manifeste a respeito do referido fato.

2. Por oportuno, **alerto** que, vencido o prazo fixado e não cumprida a presente intimação, este Tribunal poderá aplicar ao responsável a sanção prevista no artigo 112, da Lei nº 16.168/07 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás) e suas alterações.

3. Informo que o processo em epígrafe permanecerá no Serviço de Publicações e Comunicações da Secretaria-Geral deste Tribunal de Contas até o final do prazo fixado, momento em que seguirá o seu trâmite normal.

Atenciosamente,

Valeska Rodrigues da Cunha  
**SECRETARIA-GERAL**  
(Em substituição)

Ofício 2017/2025 - SERV-PUBLICA

SEI 202500047003315 / 100 1

31 de outubro de 2025 -  
MP solicita resposta do Detran-GO sobre aplicação da lei

90ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GOIÂNIA

Ministério Público

Autos Extrajudiciais n. 202500569129

Ofício 2025011665699

Ofício n.º 323/2025 - 90ª PJ

Goânia, 31 de outubro de 2025.

A Sua Senhoria o Senhor  
Waldir Soares de Oliveira  
**Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO**  
Avenida Adílio Correa Lima, n.º 1875, Cidade Jardim  
Goânia/GO  
CEP 74.425-901

Assunto: Solicita informações para instruir a Notícia de Fato nº 202500569129 (RA 3721).

Senhor Presidente,

A par de cumprimentar Vossa Senhoria, presta-se o presente instrumento para solicitar que encaminhe a este órgão ministerial, preferencialmente, via Protocolo Eletrônico do Ministério Público do Estado de Goiás (disponível no link <https://www.mppo.mp.br/protocolo>), **no prazo de 10 (dez) dias**:

a) informações se as dúvidas remanescentes do Detran-GO foram, novamente, encaminhadas ao Senatram para que pudessem ser melhor esclarecidas, com a finalidade de realizar a adequação sistêmica para aplicação da multa do artigo 165-D do CTB, atendendo à recomendação daquela Secretaria Nacional;

b) informações sobre quando foi criada a multa do artigo 165-D do CTB e se em algum momento ela chegou a ser aplicada no Estado de Goiás;

c) informações de quais são as pendências exatas que restam serem sanadas para a aplicação do artigo 165-D do CTB;

d) informações sobre a reunião realizada de forma presencial, mencionada no Despacho nº 1205/2025/DETRAN/GEFAP-05036 e no Despacho nº 5040/2025/DETRAN/DIROP, bem como qual foi o assunto discutido e quais foram as conclusões, se teve ata de reunião, quais foram os participantes, se compareceu algum representante do Senatram, entre outras informações que entenderem pertinentes;

DETRAN  
GOIÁS

GOV  
GO  
O ESTADO QUE DÁ CERTO



# Linha do tempo

**2020** - A obrigatoriedade do exame toxicológico periódico a cada 30 meses (2 anos e meio) para motoristas profissionais (categorias C, D e E). (Lei nº 14.071/2020)

**2023** – É criada a chamada multa de balcão, com a inserção do artigo 165 D no CTB. Assim, mesmo sem dirigir, a pessoa habilitada pode ser multada. (Lei 14.599/2023).

**2023** – Após várias prorrogações, a fiscalização foi restituída com a informação que as multas passariam a ter aplicabilidade a partir de 2024.

**2024** – Iniciou-se a fiscalização do artigo 165 B que prevê multa para todos os condutores de categorias profissionais que circulem com toxicológico vencido.

**05/ 2024** – Detran-GO pede esclarecimentos à Senatran sobre multa de balcão que o Estado ainda não está aplicando.

**10/2024** – Detran-GO recebe resposta incompleta da /Senatran.

**30/06/2025** – Senatran pede multa ao Detran-GO por descumprimento do artigo 165 D.

**3/07/2025** – Detran-GO recebe cobrança de explicação do MPF.

**16/07/2025** – Detran-GO responde ao MPF e aponta inconsistência de informações para aplicabilidade da lei.

**16/07/25** – Detran-GO tenta conseguir subsídios para entrar com ADI contra o artigo 165 D.

**18/07/2025** – Detran-GO solicita parecer do Cetran sobre o artigo 165 D. Parecer foi favorável a aplicação.

**21/08/2025** – Acionado pelo Senatran, TCE cobra do Detran-GO a aplicação do artigo 165 D.

**31/10/2025** – MPE cobra do Detran-GO respostas sobre a não aplicação da multa de balcão em Goiás.

